

PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL – PROS

CÓDIGO DE ÉTICA

CAPÍTULO I

DA SUA FINALIDADE E APLICAÇÃO.

Art. 1º. O Código de Ética tem por finalidade definir os deveres éticos dos filiados e dos órgãos partidários do Partido Republicano da Ordem Social - PROS nos Regimentos Internos de suas Secretarias, a aplicação das penalidades a que estão sujeitos e estabelecer as normas do respectivo processo.

Art. 2º. Fazem parte integrante do Código de Ética as normas descritas na Constituição da República; na Legislação eleitoral; nas diretrizes dos órgãos de direção e de deliberação partidários e nas Resoluções, Manifestos, no Programa e no Estatuto do Partido;

Art. 3º. Os Conselhos de Ética e Disciplina têm por finalidade opinar ou emitir pareceres conclusivos em reclamações ou representações de qualquer filiado ou órgão, julgando-os e aplicando-lhes as penas previstas neste Código, no Estatuto e nos Regimentos Internos de suas Secretarias, no âmbito de sua jurisdição, nos assuntos relativos ao comportamento individual e à disciplina partidária.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE ÉTICA E DISCIPLINA.

Art. 4º. As Convenções Nacional, Estadual e Municipal elegerão, dentre os filiados, um Conselho de Ética e Disciplina, ao qual competirá, no âmbito de sua jurisdição, conhecer de representação contra membros e órgãos do Partido, julgando-os e aplicando-lhes as penas previstas neste Código e no Estatuto.

§ 1º. O Conselho Nacional de Ética e Disciplina será composto de 7 (sete) membros titulares e de 04 (quatro) suplentes que sejam filiados ao Partido, que poderão ser de qualquer localidade do território Nacional.

§ 2º. Os Conselhos Regionais de Ética e Disciplina serão compostos de 5 (cinco) membros titulares e de 03 (três) suplentes que sejam filiados ao Partido na respectiva jurisdição.

§ 3º. Os Conselhos Municipais de Ética e Disciplina serão compostos de 3 (três) membros titulares e de 02 (dois) suplentes que sejam filiados ao Partido na respectiva jurisdição, sendo que, nos municípios com mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, a composição será a mesma da Regional.

§ 4º. No Distrito Federal não será constituído Conselho de Ética e Disciplina nas Zonais.

Art. 5º. Os membros dos Conselhos de Ética e Disciplina serão eleitos individualmente pelas respectivas Comissões Executivas dentre pessoas com reputação ilibada, mediante candidaturas prévias ou por indicação coletiva.

Art. 6º. Os mandatos dos Conselhos de Ética e Disciplina serão os mesmos das respectivas Executivas, ou seja, de 02 (dois) anos, para os Regionais e Municipais e de 05 (cinco) anos para a Nacional, devendo coincidir os mandatos mesmo quando criadas em períodos diferentes.

§ único. Sendo que poderão ser reeleitos obedecendo aos mesmos critérios previstos no Estatuto do Partido para as Comissões Executivas de cada jurisdição.

Art. 7º. Os Conselhos de Ética e Disciplina terão um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, escolhidos pelos seus membros titulares.

Art. 8º. Os Conselhos de Ética e Disciplina deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 9º. Os Conselhos de Ética e Disciplina só poderão ser constituídos após a formação definitiva dos respectivos Diretórios.

§ 1º – enquanto na condição de Comissão executiva provisória, a mesma será suprida pelo Conselho de Ética e Disciplina Nacional, devendo, em caso de recurso, ser criado um conselho especial para o julgamento dos referidos Recursos.

§ 2º - Não havendo Conselhos de Ética e Disciplina, seja na Regional como Municipal, mesmo não sendo na condição de Executiva provisória, obedecerá aos descrito no paragrafo anterior.

Art. 10. Os membros e suplentes dos Conselhos de Ética e Disciplina podem pertencer as Executivas e Diretório Nacional, Regionais e Municipais.

Art. 11. Nos impedimentos declarados ou nas ausências justificadas, as reuniões serão presididas e secretariadas por qualquer dos seus membros titulares presentes, escolhidos no ato, de preferência os mais idosos.

Art. 12. Para cada caso, o Presidente designará um Relator, que se encarregará de abrir o processo, instruí-lo, relatá-lo e submetê-lo à apreciação do Conselho de Ética e Disciplina.

§ 1º - O Relator poderá ser substituído em qualquer fase de processo por impedimento, motivo relevante ou por conveniência ética.

§ 2º - É impedido de participar do processo qualquer membro do Conselho ou do Diretório que tenha interesse direto ou indireto no caso. A arguição de impedimento será feita pelo próprio ou por qualquer filiado interessado.

§ 3º - O Relator poderá solicitar a juntada de documentos, ouvir testemunhas, fazer diligências ou investigações e auditorias, inclusive com o auxílio de outros membros do Conselho ou de terceiros, cujas despesas correrão por conta do Partido.

Art. 13. Depois de concluído, o processo será encaminhado à Comissão Executiva com a designação do voto de cada membro e assinado pelo Presidente e Relator.

Art. 14. Os Conselhos só poderão reunir-se e deliberar com o número total dos seus membros.

§1º - A Convocação dos suplentes será feita rigorosamente, de acordo com a ordem de colocação dos nomes na chapa que os elegeram.

§2º - No caso de vaga, havendo-se esgotado o número de suplentes, o Diretório elegerá o substituto que completará o mandato, qualquer que seja o período a ser cumprido.

Art. 15. As reuniões dos Conselhos de Ética e Disciplina serão convocadas pelo Presidente da respectiva Comissão Executiva.

Art. 16. Os Conselhos de Ética Partidária, como órgãos de cooperação das Executivas e dos Diretórios, são autônomos e independentes por suas opiniões e pareceres.

§ único - As opiniões e os pareceres serão claros e objetivos de modo a orientar o julgamento.

Art. 17. As opiniões serão emitidas ante as infrações primárias, de natureza grave, puníveis com as penalidades de advertência, suspensão e destituição de função partidária.

Art. 18. Os pareceres serão emitidos ante as infrações de extrema gravidade, puníveis com as penalidades de expulsão, intervenção, destituição ou dissolução das Comissões Executiva provisórias ou Diretórios.

Art. 19. Qualquer punição disciplinar de suspensão e destituição implica na perda de delegação partidária que o membro do Partido haja recebido.

Art. 20. A pena de expulsão implica no imediato cancelamento da filiação partidária, com efeitos na justiça Eleitoral.

§ único - A reabilitação poderá ocorrer após cinco anos, a critério do Diretório que agiu no feito ou pelo Diretório Nacional.

Art. 21. As penas disciplinares, coletivas de intervenção, destituição ou dissolução poderão ser cumulativas com outras penas individuais, particularizadas.

Art. 22. Dá-se a vacância nos casos de morte, renúncia ao cargo, desligamento automático ou voluntário do Partido ou expulsão.

Art. 23. As vagas que ocorrerem nas Comissões de Ética serão preenchidas pelos respectivos Diretórios, no prazo de até 30 (trinta) dias, sendo que o eleito cumprirá o tempo de mandato restante.

Art. 24. Os Conselhos de Ética e Disciplina determinarão, quando for o caso, a publicidade de suas decisões.

Art. 25. O regimento interno dos Conselhos de Ética e Disciplina, inclusive das regionais e municipais, será elaborado pelo Conselho Nacional, que disporá sobre o

seu funcionamento, inclusive forma de convocação e quóruns para as diversas deliberações.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS, DOS DEVERES E DA DISCIPLINA E FIDELIDADE PARTIDÁRIA.

Art. 26. São direitos dos filiados:

- I – ter participação ativa no Partido e em seus processos de decisão;
- II – manifestar-se nas reuniões partidárias, podendo recorrer das decisões dos órgãos do Partido ao órgão imediatamente superior;
- III – dirigir-se a órgão do Partido para que este se pronuncie ou preste esclarecimento sobre qualquer assunto do interesse partidário;
- IV – utilizar-se dos serviços colocados à disposição pelo Partido.
- V – Obediência às normas estatutárias e de acordo com as deliberações dos órgãos do Partido.
- VI – além dos direitos previsto no estatuto, em seu artigo 8º.

Art. 27. São deveres dos filiados:

- I – defender o programa partidário e deliberações do Conselho Nacional e dos Diretórios, bem como das Convenções;
- II – manter conduta ética, pessoal e profissional compatível com as responsabilidades partidárias, inclusive no exercício do mandato eletivo e de função pública;
- III – respeitar as decisões partidárias pela escolha de candidatos nos diferentes âmbitos;
- IV – manter relações de urbanidade e respeito com os dirigentes partidários, os detentores de mandatos eletivos e os demais filiados.
- V – prestar contas de suas atividades quando convocados através da maioria dos membros do Diretório a que pertençam ou pelo Diretório Nacional, os filiados detentores de mandato eletivo.
- VI – além dos deveres previsto no estatuto, em seu artigo 9º.

VII – ainda são deveres éticos, mesmo que não expressos no presente código de ética, os de respeitar as normas do Estatuto e as deliberações dos órgãos do Partido.

Art. 28. Os filiados se comprometem, no ato de filiação, a exercer suas atividades políticas visando à realização dos objetivos programáticos e disciplinar, além de:

- I – atuar de acordo com as deliberações do Partido;
- II- obedecer às normas do Estatuto e as diretrizes do Partido;
- III – a livre escolha de seus dirigentes em eleições periódicas nos diversos níveis de sua estrutura e a participação na orientação política do Partido, na vida partidária, garantindo o direito de formação de correntes de opinião;
- IV – disciplina partidária, a fim de assegurar a unidade de ação programática;
- V – reuniões dos órgãos partidários, com livre debate das ideias e decisões tomadas pela maioria;
- VI – atuação permanente na vida política e social junto a todos os setores da sociedade, respeitadas as características e a autonomia dos movimentos sociais;
- VII – garantia de independência das direções em relação às administrações públicas, nos seus diversos níveis, nos termos deste Estatuto.
- VIII – votar o parlamentar de acordo com as deliberações da maioria da bancada nos casos de “fechamento de questão”.

CAPÍTULO IV

DAS INFRAÇÕES ÉTICAS DOS FILIADOS, INFIDELIDADE PARTIDARIA E DOS ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS.

Art. 29. Constituem infrações éticas dos filiados:

- I – a violação de qualquer dos deveres partidários;
- II – improbidade administrativa praticada na gestão da coisa pública;
- III – conduta pessoal indecorosa ou inidônea;
- IV – hostilidade à legenda e atitudes desrespeitosas a dirigentes e lideranças partidárias;
- V – incompatibilidade com as orientações políticas do Partido;

VI – desobediência às deliberações tomadas pelo Partido ou pela bancada em questões consideradas fundamentais, a que pertencer o ocupante de cargo legislativo e os titulares de cargos executivos;

VII – atentado contra o livre exercício do direito de voto, à normalidade das eleições;

VIII – improbidade no exercício de mandato parlamentar ou executivo, bem como no de órgão partidário ou de função administrativa;

IX – atividade política contrária aos interesses do Partido;

X – falta, sem motivo justificado, por escrito a mais de 3 (três) reuniões, consecutivas ou não;

XI – falta no cumprimento dos deveres atinentes às funções partidárias;

XII – inibir, por motivo fútil ou por mero capricho pessoal, a filiação partidária ou o exercício dos direitos partidários de qualquer filiado.

XIII – promover filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido.

XIV - Criticar, fora das reuniões reservadas do Partido, as normas, as deliberações e as decisões legítimas;

XV - Fazer acordos ou alianças particulares que contrariem os interesses do Partido, especialmente com filiados ou inscritos em partidos antagônicos;

XVI - Dar apoio a governantes que contrariem os princípios programáticos do Partido, principalmente quando em proveito pessoal;

XVII - Dar apoio a governantes sem prévia anuência da Executiva Nacional;

XVIII - Se na direção partidária, conduzir o Partido por caminhos contrários aos seus princípios.

XIX – utilizar ou vincular a propaganda partidária sem a prévia autorização da Executiva Nacional.

Art. 30. Compreende ato de infidelidade partidária, sujeito às sanções disciplinares e legais:

I – deixar de mencionar a sigla, o número e o nome do partido em propaganda eleitoral;

II – apoiar candidato de outro partido ou de outra coligação em eleições que o partido participe, sem autorização expressa da Executiva Nacional;

III – utilizar cargos ou função política para auferir vantagens ilegais em seu benefício ou em benefício de terceiros;

IV – nomear, para cargos ou funções públicas, pessoas que não tenham notória competência e compromisso com o partido;

V – se parlamentar, votar em matérias controvertidas, contra os interesses ou determinação da direção do partido;

VI – negociar a legenda com autoridades políticas em evidente prejuízo do partido ou para auferir vantagens financeiras pessoais;

VII – quando detentor de mandato eletivo no legislativo, migrar para outra legenda.

Art. 31. São consideradas infrações dos órgãos Partidários:

I – a violação de qualquer dos deveres partidários;

II – hostilidade à legenda e atitudes desrespeitosas a dirigentes e lideranças partidárias;

III – incompatibilidade com as orientações políticas do Partido;

IV – desobediência às deliberações tomadas em questões consideradas fundamentais pelos órgãos hierarquicamente superiores;

V – atentado contra o livre exercício do direito de voto, a normalidade das eleições, ou o direito de filiação partidária;

VI – improbidade coletiva dos membros de órgão partidário no exercício das funções inerentes aos respectivos cargos;

VII – atividade política contrária ao regime democrático ou aos interesses do Partido;

VIII – falta de cumprimento coletivo dos membros de órgão partidário dos deveres atinentes às respectivas funções;

IX – inibir qualquer forma o exercício dos direitos partidários de filiado;

X – promover filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido;

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES DOS FILIADOS, INFIDELIDADE PARTIDÁRIA E DOS ORGÃOS PARTIDÁRIOS.

Art. 32. Estão sujeitos às medidas disciplinares, na forma da lei e deste código, e deverão ser aplicadas pela Comissão Executiva Nacional e compreenderão:

I – aos candidatos: cancelamento da candidatura e multa;

II – aos dirigentes partidários: advertência pública, multa e destituição da função;

III – aos detentores de mandato eletivo e os ocupantes de função pública por indicação do partido: advertência pública, multa e expulsão.

§ único – toda medida disciplinar importará na garantia do amplo direito de defesa e contraditório.

Art. 33. Os filiados estão sujeitos a medidas disciplinares quando praticarem qualquer das infrações éticas definidas neste Código ou na legislação correlata, e são as seguintes as penalidades:

I – advertência reservada;

II – advertência pública;

III – suspensão por 3 (três) a 12 (doze) meses;

IV – destituição de cargo ou função em órgão partidário;

V – proibição de legenda para disputa de cargo eletivo;

VI – o desligamento da bancada por até 12 (doze) meses, quando se tratar de parlamentar;

VII – expulsão, com cancelamento de filiação.

VIII – multa, a ser definida pela Executiva Nacional.

Art. 34. Advertência reservada e multa ao infrator primário dos deveres partidários expressos nos incisos I e VI do artigo 27, bem como dos incisos X e XI do artigo 29.

Art. 35. Advertência pública e multa ao infrator reincidente dos deveres e das infrações mencionadas no artigo anterior.

Art. 36. Pena suspensão e multa ao infrator dos deveres II e III do artigo 27, bem como dos incisos III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI e XIII do artigo 29.

Art. 37. Pena de destituição de cargo ou função em órgão partidário e multa ao dirigente que praticar qualquer das infrações definidas no artigo 29.

Art. 38. A pena de negativa de legenda para a disputa de cargo eletivo e multa será aplicada ao filiado que praticar qualquer das infrações definidas no artigo 29, podendo, em se tratar de dirigente, ser cumulada com a do artigo anterior.

Art. 39. A pena de desligamento da bancada e multa será aplicada ao parlamentar que praticar qualquer das infrações definidas no artigo 29, podendo, em se tratando do dirigente, ser cumulada com a do artigo 34.

Art. 40. A pena de expulsão, com cancelamento da filiação partidária, nos casos de:

I – a violação reiterada de qualquer dos deveres partidários;

II – improbidade administrativa praticada na gestão da coisa pública;

III – reincidência reiterada de conduta pessoal indecorosa;

IV – ostensiva hostilidade à legenda e atitudes desrespeitosas a dirigentes e lideranças partidárias;

V – incompatibilidade com os postulados e a orientação política do Partido;

VI – reincidência em promover filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido;

VII – desobediência às deliberações regularmente tomadas em questões consideradas fundamentais, inclusive pela bancada a que pertencer o ocupante de cargo legislativo;

VIII – improbidade no exercício de mandato parlamentar ou executivo, bem como no desempenho de cargo público de confiança ou em órgão partidário;

IX – atividade política contrária ao regime democrático ou aos interesses do Partido;

X – inobservância dos princípios programáticos;

XI – ação do eleito pelo Partido para cargo executivo ou legislativo contra as deliberações, o Estatuto ou Programa do Partido;

XII – ofensas graves e reiteradas contra dirigentes e detentores de mandatos eletivos do Partido, ou contra a própria legenda;

XIII - dirigente partidário que atuar contra candidatura partidária e em apoio a candidatos de outro partido.

XIV - Criticar, fora das reuniões reservadas do Partido, as normas, as deliberações e as decisões legítimas;

XV - Fazer acordos ou alianças particulares que contrariem os interesses do Partido, especialmente com filiados ou inscritos em partidos antagônicos;

XVI - Dar apoio a governantes que contrariem os princípios programáticos do Partido, principalmente quando em proveito pessoal;

XVII - Dar apoio a governantes sem previa anuência da Executiva Nacional

XVIII - Se na direção partidária, conduzir o Partido por caminhos contrários aos seus princípios.

§ único - Em todos os casos previstos neste artigo será cumulada com a aplicação de multa.

Art. 41. A aplicação das penalidades prevista da Infidelidade Partidária do Artigo 30 serão as seguintes:

§ 1º - a infração disciplinar prevista no inciso I importará em advertência pública e, persistindo o vício, no cancelamento do registro de candidatura e multa, que será arbitrada pela Executiva Nacional;

§ 2º - as infrações disciplinares previstas incisos II, V e VI sujeitarão o infrator à suspensão da filiação partidária por três meses; se candidato a cargo eletivo, ao cancelamento do registro de candidatura; se líder do partido, ao afastamento da liderança; se dirigente, à destituição imediata da função e multa, que será arbitrada pela Executiva Nacional;

§ 3º - as infrações disciplinares previstas nos incisos III e IV importarão na retirada da indicação política do partido e na substituição do indicado e multa, que será arbitrada pela Executiva Nacional;

§ 4º - a infração prevista no inciso VII importará no ajuizamento da competente ação judicial para cassação do mandato eletivo e multa, que será arbitrada pela Executiva Nacional.

§ 5º - Além das demais previstas no artigo anterior, art. 31 e onde mais couber.

§ 6º - Em todos os casos previsto nos parágrafos anteriores será cumulada com a aplicação de multa.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS.

Art. 42. Os órgãos estão sujeitos a medidas disciplinares quando praticarem qualquer das infrações éticas definidas neste Código, são as seguintes as penalidades:

I – advertência reservada;

II – advertência pública;

III – destituição coletiva com intervenção;

IV – dissolução do Órgão;

Art. 43. Aplica-se a pena de advertência reservada ao órgão infrator primário que praticar ato que implique:

I – violação de qualquer dos deveres partidários;

II – atitudes desrespeitosas a dirigentes e lideranças partidárias;

III – tentar inibir por qualquer forma o exercício dos direitos partidários de filiado.

Art. 44. Aplica-se a pena de advertência pública ao órgão infrator reincidente que praticar ato que implique:

I – violação de qualquer dos deveres partidários;

II – atitudes desrespeitosas a dirigentes e lideranças partidárias;

III – tentar inibir ou tolher, por qualquer forma, o exercício dos direitos partidários de filiado.

Art. 45. A pena de destituição com intervenção, pelo órgão hierárquico superior ou pela Executiva Nacional, ou pela dissolução do Órgão pela Executiva Nacional, ao órgão Partidário que:

I – violar reiteradamente qualquer dos deveres partidários;

II – praticar notória e ostensiva hostilidade à legenda;

III – praticar qualquer ato que implique em incompatibilidade com os postulados e a orientação política do Partido;

IV – tentar, reiteradamente, promover filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido;

V- praticar ato que implique em desobediência às deliberações regularmente tomadas em questões consideradas fundamentais pelos órgãos hierarquicamente superiores;

VI – praticar ato que implique em atentado contra o livre exercício do direito de voto, a normalidade das eleições ou o direito de filiação partidária;

VII – que incorrer na prática de improbidade coletiva dos membros de órgão partidário no exercício das funções inerentes aos respectivos cargos;

VIII – praticar atividade política contrária aos interesses do Partido;

IX – reincidência na falta de exação coletiva dos membros de órgão partidário no cumprimento dos deveres atinentes às respectivas funções;

X – inibir, reiteradamente, por qualquer forma, o exercício dos direitos partidários de filiado.

Art. 46. Aplica-se a pena cumulativa de multas em todos os casos de cometimento de infração e má conduta prevista neste código.

CAPÍTULO VII DO PROCESSO ÉTICO

Art. 47. São partes legítimas para a instauração de processo ético contra filiado ou órgão Partidário qualquer filiado ou órgão Partidário, exceto os Conselhos de Ética e Disciplina e seus membros.

§ único - As representações contra filiados e detentores de mandato deverão ser protocoladas na Comissão Executiva, e as representações contra órgãos da administração partidária serão direcionadas ao órgão imediatamente superior;

Art. 48. A instauração de processo ético contra filiados e detentores de mandato por violação dos deveres partidários ou pelas infrações definidas neste Código será protocolada junto a Comissão Executiva de sua jurisdição, e as representações contra órgãos da administração partidária serão direcionadas ao órgão imediatamente superior, todas por petição escrita, que deverá ter qualificado o representante, além de incluir o seu cargo.

Art. 49. Da representação deverão constar com clareza os fatos, a capitulação da infração, com todas as circunstâncias em que foi cometida, as provas já existentes e as que pretende produzir, com o rol das testemunhas quando for o caso.

Art. 50. A Comissão Executiva correspondente, estando presentes os requisitos dos artigos anteriores, encaminhará a representação ao Conselho de Ética e Disciplina no prazo de quarenta e oito horas.

§ único. Da decisão denegatória de encaminhamento do Conselho de Ética e Disciplina caberá recurso, no prazo de cinco dias para o Conselho de Ética e Disciplina hierarquicamente superior.

Art. 51. Recebida a representação pelo Presidente do Conselho de Ética e Disciplina, designará Relator, no prazo de quarenta e oito horas, ao qual serão os autos conclusos em igual prazo e a quem caberá dirigir a instrução do processo.

§ único. Ausente ou impedido o relator designado, outro será nomeado pelo Presidente do Conselho de Ética e Disciplina, observado o disposto no caput deste artigo.

Art. 52. Se houver impedimento ou suspeição da maioria absoluta dos membros do Conselho de Ética e Disciplina, o processo será remetido para o Conselho de Ética e Disciplina do órgão partidário imediatamente superior.

Art. 53. O Relator em ordem a representação, mandará notificar o representado para apresentar defesa, bem como as provas que pretenda produzir e o rol de testemunhas, se for o caso, no prazo de dez dias.

Art. 54. Será assegurado aos acusados a garantia do contraditório, da observância das normas processuais estabelecidas e da mais ampla defesa, com os meios a ela inerentes, ou seja, todas aquelas que tiverem, direta ou indireta relação com os fatos considerados do interesses da defesa, excluídos os meramente protelatórios.

Art. 55. Se a defesa suscitar qualquer questão prejudicial ao regular andamento do processo, o Relator decidirá monocraticamente, podendo sugerir o seu arquivamento.

Art. 56. O Relator designará dia e hora para a realização de audiência, preferentemente na sede partidária.

Art. 57. Salvo as provas indispensáveis à própria representação ou à defesa, todas as demais serão produzidas em audiência, ressalvadas aquelas que dependerem de vistoria, inspeção ou perícia, para cuja realização designará o Relator pessoa habilitada, podendo as partes indicar assistentes.

Art. 58. Concluída a instrução, será dada vista, na secretaria, ao representante e ao representado cada um dos quais terá o prazo sucessivo de três dias para apresentar suas alegações finais.

Art. 59. Findo os prazos do artigo anterior, com ou sem as razões de qualquer das partes, o Relator pedirá data para a realização do julgamento ao Presidente da Comissão de Ética.

Art. 60. Será designada, no prazo de até quinze dias, a reunião do Conselho de Ética e Disciplina de que trata o artigo anterior, contados da solicitação do Relator.

§ único. Da data da reunião, o Presidente dará ciência às partes ou a seus representantes legais constituídos no processo por cartas com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, ou telefônico, nos endereços que constarem no processo, e que será certificada pelo Relator.

Art. 61. Por ocasião do julgamento, poderão Representante e Representado produzir defesa oral, pessoalmente ou através de advogado, pelo prazo não superior a dez minutos para cada parte.

Art. 62. Poderá ser aplicado ao processo ético deste Código, subsidiariamente, as normas previstas no Código de Processo Penal e legislação complementar pertinente.

Art. 63. As penalidades disciplinares serão aplicadas pelo do Conselho de Ética e Disciplina da jurisdição do representado que for considerado culpado, cabendo recurso, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias da notificação, para igual Comissão hierarquicamente superior, até ao do Conselho de Ética e Disciplina Nacional, que decidirá em caráter definitivo.

Art. 64. A intervenção nos órgãos partidários regular-se-á pelo disposto no Estatuto, Regimento interno, Resoluções do Partido Republicano da Ordem Social – PROS sem prejuízo das normas contidas neste Código.

Art. 65. Em casos de urgência, havendo a possibilidade de frustrar o regular processo ou a aplicação de penalidade puder se tornar ineficaz, ou colocar em risco de obediência as resoluções dos órgãos partidários, os princípios programáticos ou a unidade do Partido, poderá:

I. a Comissão Executiva Nacional, por ato de seu Presidente ou a pedido do Conselho de Ética e Disciplina do local da representação, determinar a suspensão provisória do filiado ou órgão partidário, por tempo não superior a sessenta dias, dentro do qual deverá estar concluído o processo de julgamento;

II. a Comissão Executiva Nacional, poderá determinar o afastamento temporário dos membros de qualquer órgão hierarquicamente inferior, exceto as Comissões de Ética.

III. No caso, o Conselho de Ética e Disciplina será convocada pelo Presidente da Comissão Executiva Nacional.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 66. Contam-se os prazos excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do seu término.

§ 1º. Na contagem dos prazos serão computados os sábados, domingos e feriados, bem como os dias em que não houver expediente na secretaria do órgão partidário correspondente.

§ 2º. Se o início do prazo recair em sábado, domingo ou feriado, o prazo começará a fluir a partir do primeiro dia útil subsequente; se terminar em qualquer desses dias, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 67. Quando o presente Código não estabelecer prazo especial e o Relator não o fixar, todos os prazos serão de cinco dias.

Art. 68. A comunicação dos atos processuais serão feitas por carta com aviso de recebimento, presumindo-se terem sido recebidas se dirigidas ao endereço que a parte declarou no processo, ou por meio eletrônico, telefônico, que deverá ser certificado pelo Relator.

Art. 69. As citações serão feitas pessoalmente ou por meio eletrônico ou telefônico, que deverá ser certificado pelo Relator ou por meio de mandado específico assinado pelo Relator e realizadas por pessoa por ele designada, cujas declarações merecerão fé.

Art. 70. Os casos omissos em matéria de prazos e comunicações de atos processuais serão supridos pelo que a respeito dispuser o Código de Processo Civil.

Art. 71. A instauração de qualquer processo disciplinar, seja da Municipal, Estadual, ou Nacional, deverá ser comunicada, pelo Presidente do Conselho de Ética e Disciplina da referida Jurisdição, à Executiva Nacional e ao Secretário Jurídico Nacional em até 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 72. Todos os atos relativos às atividades dos Conselhos de Ética e Disciplina serão registrados em ata lavrada em livro próprio.

Art. 73. O não cumprimento do disposto neste artigo sem motivo fundamentado e aceito, sujeitará o responsável a uma das medidas disciplinares previstas no Estatuto e neste Código.

Art. 74. Este Código só poderá ser alterado por proposta do Presidente Nacional, ou pelo Diretório Nacional por proposta de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 75. Este Código de Ética Partidária foi aprovado na reunião do Diretório Nacional

Art. 76. Este Código entra em vigor quando aprovado pela Convenção e após o seu registro no cartório competente ou quando de sua publicação.

Publique-se

Brasília-DF, 05 de janeiro de 2014.